

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 38.165 - RJ
(2012/0112391-3)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **JORGE LUIZ AFFONSO**
ADVOGADO : **LUÍS CLÁUDIO CARVALHO AMARAL E OUTRO(S) - RJ100927**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**
PROCURADOR : **OSCAR BITTENCOURT NETO E OUTRO(S) - RJ121556**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por Jorge Luiz Affonso contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 337):

MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO-PRÊMIO. Reajuste previsto em lei orgânica municipal na mesma proporção do concedido ao cargo que serviu de base para a fixação do benefício. Art. 24, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu. Reconhecimento, pelo Órgão Especial, de sua inconstitucionalidade. Julgamento de mérito predeterminado. Pedido fundado naquela norma. Ordem denegada.

O insurgente alega, nas razões do recurso, que possui o direito a obter o reajustamento do valor da gratificação prêmio, incorporada aos seus vencimentos, tendo em conta a alteração do valor do cargo de Secretário Municipal para o valor de R\$ 7.000,00.

Salienta que, "nos termos da norma do artigo citado na portaria, que lhe reconheceu a gratificação prêmio, por exercício de cargo em comissão de Secretário Municipal, portanto, vantagem pessoal, pretende o Impetrante, com o 'mandamus', obter o reajustamento do valor da gratificação prêmio, tendo em conta a alteração do valor do cargo que lhe ensejou o direito adquirido de que trata a aludida gratificação prêmio" (e-STJ, fl. 350).

Parecer do Ministério Público estadual às e-STJ, fls. 163-165.

É o relatório.

A Corte de origem negou a pretensão do recorrente, ao decidir que (e-STJ, fls. 338):

De fato, foi declarada a inconstitucionalidade da norma em que o impetrante ampara seu pedido (art. 24, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu).

Com efeito, o Órgão Especial acolheu o incidente de inconstitucionalidade suscitado e reconheceu a inconstitucionalidade formal e material do ato normativo, por ofensa ao disposto nos artigos 61, § 1º, inciso II, 'a' e 37, inciso XIII, da Constituição, em acórdão cuja ementa encontra-se assim

Superior Tribunal de Justiça

redigida:

[...]

Como cediço, a inconstitucionalidade configura questão prejudicial que, se acolhida, como é o caso, predetermina o julgamento de mérito.

O entendimento externado pela Corte de origem está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que "a extensão pretendida nos autos é inconstitucional, uma vez que não é possível o pagamento de parcela remuneratória, calculada com foco no vencimento básico de outra carreira do serviço público, como dita o inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal: '[...] XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público'" (RMS 47.493/RN, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 23/6/2016).

Em igual sentido:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. PARCELA REMUNERATÓRIA DEVIDA A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXTENSÃO AOS PROCURADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. INCONSTITUCIONALIDADE. POSTERIOR SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE. PROVIMENTO NEGADO.

1. Mandado de segurança impetrado por procurador aposentado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no qual questiona a supressão de parcela remuneratória paga a título de honorários advocatícios.

2. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmada no julgamento do RE n. 563.965/RN, em regime de repercussão geral, o servidor público não tem direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos.

3. O princípio da irredutibilidade vencimental, previsto no art. 37, XV, da CF/88, não alberga a pretensão de se manter o pagamento de verba remuneratória considerada ilegal ou inconstitucional.

4. A extensão da parcela remuneratória - instituída em favor dos ocupantes dos cargos de Procurador do Quadro Geral do Pessoal da Prefeitura do Município de São Paulo - aos Procuradores do Tribunal de Contas Municipal, atenta contra o art. 37, XIII, da Constituição Federal, que veda a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, além de apresentar inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa.

5. Possibilidade de supressão de vantagens ilegais, por intermédio de lei ou pela própria Administração, sem que haja ofensa ao princípio do direito adquirido e à garantia da irredutibilidade de vencimentos. Precedentes.

6. Manutenção do acórdão recorrido, tendo em vista o princípio que veda a *reformatio in pejus*.

7. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido, com a

Superior Tribunal de Justiça

revogação da liminar deferida nos autos da MC n. 11.490/SP.
(RMS 20.728/SP, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 23/2/2015)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SUBSÍDIO DE ASPIRANTE A OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO. RECOMPOSIÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL. DIFERENÇA ENTRE OS ÍNDICES DE REAJUSTE CONCEDIDOS A OUTRAS CATEGORIAS. ALEGADA OFENSA À ISONOMIA E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. LEI COMPLEMENTAR MATOGROSSENSE 433/2011 E LEI MATOGROSSENSE 9.992/2013. SÚMULA VINCULANTE 37/STF. INVIABILIDADE DE CONCESSÃO DE REAJUSTE SALARIAL COM BASE NO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. AGRAVO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É certo que o inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal, na redação da EC 19/98, dispõe que é vedada a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do Serviço Público.

2. Não pode o Poder Judiciário, ante o princípio constitucional da separação dos poderes, ampliar ou estender reajuste de vencimentos à categoria funcional não beneficiada pelo ato legislativo, conforme enunciado da Súmula Vinculante 37 do STF.

3. Agravo Interno da Associação a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no RMS 49.352/MT, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VANTAGEM PESSOAL INCORPORADA. REVISÃO EM FACE DO AUMENTO DO CARGO COMISSIONADO PARA OS SERVIDORES DA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

- "A estabilidade financeira não se sobrepõe ao mandamento constitucional que repele a vinculação entre vencimentos (art. 37, XIII, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda nº 19/1998). Desse modo, a vantagem pessoal não pode ser reajustada na medida em que a remuneração do cargo comissionado antes exercido sofrer alterações." (AgRg no RMS 21.181/PA, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, julgado em 4.10.2012, DJe de 15.10.2012) Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RMS 26.022/ES, Rel. Min. ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 7/3/2016)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em mandado de segurança.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro

